



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DE
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

MARIA JOSÉ ALBUQUERQUE DE SOUSA

O SUPERVISOR E A INSTITUIÇÃO ESCOLAR

**CAMPINA GRANDE/PB
Março - 2014**

MARIA JOSÉ ALBUQUERQUE DE SOUSA

O SUPERVISOR E A INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia do Departamento de Educação/Campus I, da Universidade Estadualda Paraíba – UEPB, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria José Guerra

CAMPINA GRANDE/PB
Março - 2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S725s Sousa, Maria José Albuquerque de.
O Supervisor e a Instituição Escolar [manuscrito] / Maria José Albuquerque de Sousa. - 2014.
42 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Maria José Guerra, Departamento de
Educação".

1. Supervisão escolar. 2. Supervisão educacional. 3.
Supervisor educacional. I. Título.

21. ed. CDD 371.203

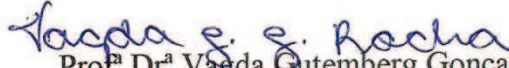
MARIA JOSÉ ALBUQUERQUE DE SOUSA

O SUPERVISOR E A INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Aprovada em, 14 de março de 2014.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Maria José Guerra – DE/CEDUC/UEPB
- ORIENTADORA -


Prof.^a Dr.^a Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha
- EXAMINADORA -


Prof.^o Ms. Inácio de Araújo Macêdo
- EXAMINADOR -

A educação tem elos entre o passado e o futuro, entre os sujeitos e as sociedades e entre o desenvolvimento de competências e a formação de identidades. É o caminho pelo qual as sociedades compartilham o seu legado cultural, para que os momentos da história possam ser edificados sobre o que várias gerações construíram; do mesmo modo, torna possível que os sujeitos se apropriem deste legado e, a partir dele, construam uma identidade própria que os distinguem no seu trajeto de vida. Além disto, que ao mesmo tempo, os transforme em integrantes de alguma comunidade humana, sem a qual se perde o direito de viver, através da educação, os indivíduos e as sociedades tornam-se competentes para a sobrevivência, para a existência e a convivência cívica e relacional.

Ricardo Vidigal da Silva

AGRADECIMENTOS

À Providência Divina, fonte de luz e inspiração, que me dando o amparo espiritual necessário, me permitiu voltar aos bancos escolares e concluir os meus estudos, mostrando-me, assim, a sua infinita misericórdia.

Aos meus pais, Severino Gonzaga de Albuquerque e Maria de Lourdes Clemente de Albuquerque, que me permitirem vir ao mundo e que, através dos seus exemplos, me conduziram para o caminho do bem. Dedico a eles toda a minha gratidão.

Ao meu esposo José Carlos e aos meus filhos Felipe, Arthur César e Eduardo pelo apoio, compreensão e paciência que me dedicaram no decorrer do curso.

À Professora Doutora Maria José Guerra que, com a paciência e a dedicação de uma amiga, foi minha orientadora, na realização desse trabalho.

Aos demais professores do curso que, com muita dedicação, compartilharam conosco os seus conhecimentos, em especial a professora Maria Aparecida Figueiredo.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo a discussão sobre o papel do Supervisor Educacional na Escola, assim como o debate sobre a eficiência profissional dos supervisores contribuindo para uma educação com mais qualidade. Para isso, adotamos uma metodologia de cunho bibliográfico, focada na reflexão teórica no campo da Supervisão Educacional, tendo como base os estudiosos da área como: Rangel (1992), (1997), (1999), (2000) e (2002); Alonso (1999); Silva Jr. (1987); Severino (2000) entre outros. Dessa forma, entendemos que o Supervisor Educacional e o professor devem desenvolver um trabalho sério e comprometido para que possam atender as exigências do século XXI. Assim, baseado nos estudos realizados, reconhece-se, atualmente, a necessidade de que o Supervisor Educacional e o professor sejam parceiros ao apresentarem posições bem definidas no contexto escolar, assumindo, ambos, uma concepção de educação transformadora capaz de formar um cidadão crítico, conhecedor dos seus direitos e deveres e participante ativo da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Supervisão Educacional; Escola; Perspectiva Crítica.

ABSTRACT

This monograph main goal is to make a critical reflection of the role of the Educational Supervisor today; in this case, the avalanche of information happens very quickly in this society. For that, using a method of embossing bibliographic, focused on the theoretical discussion in the field of Educational Supervision, produced by scholars of the area as: Rangel (1992), (1997), (1999) (2000) and (2002); Alonso (1999); Silva Jr. (1987), Severino (2000), among others. In that sense, we understand that the practice of Educational Supervisor today, is facing a critical perspective, based on the joint, in part, in coordination and flexibility. For this reason, the Educational Supervisor and teacher should develop a serious and committed to working together that they can meet the demands of the twenty-first century. Thus, based on surveys, it is recognized, for instance, there is the need from the Educational Supervisor and the teacher feel partners, to make well-defined positions in the school, assuming both a conception of education sector capable of forming a citizen critic – expert their rights and duties and active participants of society by making it fairer, more humane and more egalitarian.

Keywords: Educational Supervision, School, Criticism Perspective.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO – 1: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	12
CAPÍTULO – 2: REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1 Breve Histórico da Supervisão Educacional	13
2.2 A Supervisão Educacional no Brasil	16
2.3 A Legislação da Supervisão Educacional no Brasil	18
2.4 Repensando o Papel da Supervisão Escolar	21
2.5 O papel do Supervisor Educacional na Era Tecnológica	30
2.6 O Supervisor no contexto da Escola.....	33
CONSIDERAÇÕES	46
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca apresentar algumas reflexões teóricas consideradas relevantes por estudiosos da área da Supervisão Educacional, por entender que tais discussões podem acrescentar positivamente no processo educacional de forma que, os atores sociais que fazem parte deste contexto - em especial os supervisores - se apropriem de ideias mais atuais, aplicando-as em suas respectivas funções na escola. Neste sentido, o Objetivo Geral desta pesquisa está centrado na discussão e desenvolvimento da crítica sobre o papel do Supervisor Educacional na atualidade, como também na abordagem de questões relativas à eficiência profissional dos supervisores, contribuindo, assim, para uma educação com mais qualidade.

Desta forma, os Objetivos Específicos permeiam: a leitura bibliografia da bibliografia necessária para formação de um pensamento crítico sobre o tema; a revisão de práticas e posturas importantes para o melhor desempenho da função de Supervisão; a contribuição para a pesquisa sobre a atuação do supervisor; e, em especial, o fomento destas reflexões para que elas sirvam à prática dos profissionais da área.

Iniciamos, assim, nossas reflexões a partir da origem da supervisão escolar, a qual perpassa o surgimento da Revolução Industrial tornando-se um fenômeno avassalador, tido, na época, como uma prática moderna e eficiente. Nesta perspectiva, a supervisão já chega ao Brasil como uma prática corrente, necessária às primeiras aulas ministradas para os alunos, tanto da classe trabalhadora quanto da camada mais favorecida.

No que se refere a sua regulamentação, a exemplo das demais profissões, a supervisão no início não era regulamentada e não havia legislação específica nem exigências formais. Com o passar dos anos, a necessidade de regras foi surgindo e, com isto, a legalização da profissão.

Assim, em nossos dias a Supervisão de Ensino - também chamada de Supervisão Escolar - tem legislação própria, sendo, inclusive, uma especialidade do pedagogo que pode ser obtida por meio de habilitação em curso superior de Pedagogia.

Dessa forma o Supervisor de Ensino atua junto ao corpo docente nas escolas públicas e privadas, coordenando as práticas pedagógicas, acompanhando o desenvolvimento do currículo e estimulando as ações beneficiadoras da comunidade escolar.

Nesta perspectiva, a Supervisão tem como principais finalidades a vivência e a análise das ações educacionais, bem como o conhecimento da realidade educativa (escolas, professores e alunos) no sentido de adquirir as habilidades e competências necessárias à melhor atuação profissional.

Portanto, consideramos que o atual Supervisor Educacional deverá trazer para si a responsabilidade de educador compromissado com a sociedade, se colocando como agente ativo nas mudanças sociais, ajudando a construir um projeto educacional amplo que provoque as transformações necessárias do núcleo escolar para o corpo social, tendo em vista a disseminação do conhecimento e a conseqüente humanização da sociedade.

E assim, como Rangel (1999) acreditamos numa prática de Supervisão Educacional comprometida com a qualidade da vida humana, “do sonho” – “a ação” – “a transformação”. Acreditamos também no pensamento de Silva Jr. (1986) apostando no Supervisor Educacional com líder democrático, consciente e, sobretudo, um provocador de esperanças.

Enfim, este trabalho apresenta uma revisão de literatura devendo contemplar: no Capítulo 1, “Procedimentos Metodológicos”, a forma como foi conduzida a pesquisa, sendo, neste caso, através da reflexão crítica da bibliografia; no Capítulo 2, “Revisão de Literatura”, houve o destaque de pontos referentes ao histórico da Supervisão no mundo e depois no Brasil. Houve também a reflexão sobre a Legislação da Supervisão Escolar no país e, finalmente, à discussão sobre o papel do Supervisor envolvendo a relação com o professor, novas tecnologias e no contexto da escola. Por fim, as “Considerações”, em que se concluiu o Supervisor como peça-chave em nosso atual modelo de Educação.

CAPÍTULO – 1: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho científico exige métodos e critérios a serem adotados visando à elaboração e à conclusão de um material coerente com as exigências acadêmicas.

Nesta perspectiva, a composição deste trabalho envolveu aspectos analíticos do assunto em questão, escolha do material necessário à formação do conhecimento e a análise interpretativa da bibliografia, culminando na construção da presente pesquisa.

SEVERINO (2000, p.79) ressalta que: “Uma vez definidos os documentos a serem pesquisados, procede-se à leitura combinando o critério de atualidade com o critério da generalidade para o estabelecimento da ordem de leitura”.

O autor esclarece que, quando o trabalho for essencialmente analítico e comportar uma pesquisa positiva sobre o pensamento de outros autores, a conclusão poderá ser fundamentalmente crítica.

Dessa forma, o trabalho buscou a exposição do tema de forma teórica, utilizando bibliografia produzida por autores e estudiosos que se destacam em pesquisas que envolvem a Supervisão Educacional. Podemos citar como exemplo: RANGEL (1992), (1997), (1999), (2000) e (2002); ALONSO (1999); SILVA Jr. (1987); SEVERINO (2000) entre outros.

SEVERINO (2000) ressalta ainda que “O trabalho monográfico caracteriza-se mais pela unicidade e delimitação do tema e pela profundidade do tratamento do que por sua eventual extensão, generalidade ou valor didático”.

Não houve pesquisa de campo, já que se trata de uma pesquisa apenas de cunho bibliográfico, calcada na Revisão de literatura da Supervisão Educacional - apontando o Histórico da Supervisão Educacional no mundo e no Brasil; Os aspectos legais dessa profissão; Repensando o papel da Escola; O papel do Supervisor Educacional na Era da Tecnologia e ainda uma reflexão crítica sobre O papel do supervisor no contexto da escola. A este respeito, vejamos na sequência a revisão de literatura.

CAPÍTULO – 2: REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Breve Histórico da Supervisão Educacional

A história da Supervisão Educacional e sua inserção no cenário brasileiro traz em seu corpo uma trajetória repleta de caminhos e descaminhos, de fatos históricos, experiências e práticas individuais e coletivas, cujo conhecimento torna-se imprescindível para se compreender as práticas supervisoras atuais e situar-se no processo.

Inicialmente, considera-se que a função supervisora constituiu-se, ao longo dos tempos, em um trabalho dinâmico mais voltado para as relações entre o homem e o trabalho, por isso podemos afirmar que, desde os primórdios, a ação supervisora sempre existiu, mesmo sem ser reconhecida ou definida como tal.

Neste sentido, Saviani (2003) aponta que, no contexto das sociedades primitivas, onde a educação tratava de uma ação espontânea do homem, que coincidia com sua própria vida, a ação supervisora já se fazia presente. Assim, a ação educativa era exercida pelo ambiente, pelo meio, pelas relações e ações vitais desenvolvidas pela comunidade com a participação direta das novas gerações, as quais se educavam desta forma.

Segundo Saviani (2003), nos primórdios da civilização, a educação estava estritamente ligada ao processo de trabalho, sendo “comum” a todos os membros de uma determinada comunidade ter acesso à escola e ao trabalho ao mesmo tempo. A autora explica, ainda, que a educação destinada à classe dominante diferenciava-se daquela que era voltada para a classe dominada.

É nesse período que surge o termo **escola**, palavra derivada do grego e cujo significado etimológico é “o lugar de ócio”. Assim, a instituição escolar passa a destinar-se aos que dispõem de ócio, de lazer, de tempo livre para ir à escola. Enquanto que a maioria continua recebendo educação vinculada ao trabalho.

O mesmo fenômeno que caracterizou a sociedade antiga persiste na Idade Média, no modo de produção feudal porque, como na Antiguidade, também na Idade Média tínhamos a classe dos proprietários de terra (os senhores feudais) e a classe dos não-proprietários, agora predominantemente constituída pelos servos. Consequentemente, também na Idade Média, a educação escolar, destinada aos membros da classe dominante que não

precisavam viver do próprio trabalho, se contrapunha a educação da maioria da população, determinada pelo trabalho (SAVIANI, 2003, p.16).

Assim, o trabalho não impedia o indivíduo de estudar, ganhar novos conhecimentos, pois estes deveriam ser aplicados na vida. Neste ínterim, encontra-se o supervisor, que a exemplo de antes, mantinha sua postura de inspecionar, checar e monitorar os atos educacionais dentro da escola.

Na época Moderna, diz Ferreira (2003, p.19), com a exigência dos códigos formais, ocorre também à necessidade de ensino da escrita entre a classe dominante e a conseqüente fomentação das escolas, tendo em vista a aprendizagem do alfabeto e da língua escrita objetivando, quase que exclusivamente, o entendimento das leis e códigos formais. “Trata-se, assim, de uma cultura que não é produzida de modo espontâneo, também, para a sua aquisição, formas deliberadas e sistemáticas, o que implicou a organização da educação na forma institucionalizada”.

Ainda de acordo com a autora, o Brasil, buscando a organização da escola, cria uma lei em 05 de outubro de 1827, que institui as escolas de primeiras letras para todas as cidades, vilas e lugarejos do Império. Conforme a mesma autora:

O artigo 50 dessa lei determinava que os estudos se realizassem de acordo com o “Método do Ensino Mútuo”. É interessante notar que no ensino mútuo o professor absorve as funções de docência e também de supervisão. Com efeito, ele instrui os monitores e supervisiona as suas atividades de ensino, assim como a aprendizagem do conjunto dos alunos (SAVIANI, 2003, p.22).

Ainda sobre a história da supervisão no Brasil, Saviani (op. cit.) ressalta que em 17 de fevereiro de 1854, dentro das Reformas de Couto Ferraz, foi estabelecida a missão do inspetor geral que consistia em supervisionar pessoalmente, ou através dos seus delegados ou ainda pelos membros do Conselho Diretor, todas as escolas, colégios e casas de educação, com vistas a dar instrução primária e secundária. E ainda, presidir exames para os professores e lhes conferir diploma, autorizar a abertura de escolas particulares e também rever os livros, tomando a posição de corrigi-los ou substituí-los, se necessário fosse.

Os estudos sobre supervisão escolar emergem no Brasil nos anos 60 ligado de maneira aparentemente indissolúvel aos estudos sobre currículo. Refletindo essa ligação, as variadas tentativas de renovação do sistema escolar que marcaram essa década, de maneira especial no Estado de São Paulo, são

caracterizadas pela presença no interior da equipe escolar de um novo trabalhador especializado ao qual se denominou, temporariamente, de orientador pedagógico (FERREIRA, 2003, p.224).

No final do século XIX, o Supervisor Educacional passa a preocupar-se com estabelecimento de padrões de comportamento bem definidos e de critérios de aferição do rendimento escolar, visando à eficiência do ensino.

A partir de 1925, o supervisor apresenta forte influência das teorias comportamentalistas oriundos da Psicologia. A partir de então sua postura será voltada aos princípios democráticos nas organizações educacionais. Ou melhor, o papel do Supervisor é de um líder democrático.

Já por volta de 1930, o supervisor assume um caráter de liderança, de esforço cooperativo para o alcance dos objetivos, com a valorização dos processos de grupos na tomada de decisões. A partir de então, este novo elemento estava inserido no contexto social e extensas são as suas caracterizações e funções junto às instituições educacionais.

A função supervisora também se fazia presente na educação dos trabalhadores (escravos) por intermédio do intendente. “Na Grécia, de acordo com o testemunho de Xenofonte, o lavrador” digno desse nome não era quem trabalhava a terra, mas quem administrava e alentava os seus trabalhadores como um general alenta os seus soldados, concluindo que o bom agricultor “deve procurar capatazes dóceis a ativos” (SAVIANI, 1981, p.45).

Mais tarde, com o advento da modernidade, avanços científicos e tecnológicos, entram em cena novas exigências econômicas e sociais que, juntamente com o processo de institucionalização da educação, enseja à ideia da supervisão educacional focalizada na organização pública.

A princípio esta noção de supervisão tinha caráter religioso, iniciando-se em território nacional com a chegada dos Jesuítas ao Brasil que já traziam em suas malas um plano organizado de ensino: o “Plano Geral com o RatioStudiorum”, que delineia a ideia da supervisão como uma tarefa específica que deve ser executada por um agente específico.

Esta supervisão, no entanto, possui um caráter regulador, com a preocupação de estabelecer padrões comportamentais bem definidos, assim como a de medir o

rendimento escolar, englobando aspectos político-administrativos de direção, fiscalização, coordenação e orientação do ensino.

Para Lima (2001) esta ideia de supervisão fortaleceu-se durante o processo de industrialização, o qual visava uma melhoria qualitativa e quantitativa da produção. Nessa concepção, a supervisão se faz presente como instrumento de inspeção, repressão, fiscalização e controle.

Desta forma, discorre Silva (1987), que o controle era realizado através de um modelo taylorista, exercido por uma gerência científica, onde cada atividade na produção deveria ser planejada e controlada, sendo prevista, pré-calculada, experimentada, comunicada, atribuída, ordenada, conferida, inspecionada e registrada no decorrer do seu processo e quando da sua conclusão.

2.2 A Supervisão Educacional no Brasil

A partir da década de 1920, a supervisão educacional no Brasil adquire novos contornos com o surgimento dos técnicos em escolarização, constituindo-se, então, em uma nova categoria profissional. Ocorre, também, uma maior influência das ciências comportamentais na supervisão e uma grande tendência de introduzir princípios democráticos nas organizações educacionais, o que leva o supervisor a exercer um papel de líder democrático.

Contudo, os estudos mais representativos sobre a Supervisão Educacional só emergem no Brasil nos anos 1960, estando ligados de maneira aparentemente indissolúvel aos estudos sobre currículo. Ainda no início desta década, ocorre um marco para a Supervisão Educacional: o PABAE. Assim, os pioneiros desta “nova” supervisão eram formados pelo Programa de Assistência Brasileira Americana ao Ensino Elementar (PABAE), cuja função era formar vários profissionais de educação seguindo um modelo norte-americano que enfatizava técnicas e métodos de ensino, objetivando a modernização e o preparo do professor leigo, garantindo uma política desenvolvimentista, baseada numa concepção de educação como alavanca da transformação social.

A esse respeito Nogueira (1989) atenta para o fato de que, tais cursos por se tratarem de “pacotes metodológicos”, acrílicos, passados e repassados de maneira uniforme para centenas de professores primários brasileiros, sob uma visão tecnicista,

não considerando as diversas realidades existentes, apenas torna o supervisor um reproduzidor do sistema e, conseqüentemente, um fiscal do trabalho docente, função esta que não condiz com os valores maiores da educação.

Este momento coincide com o período de ditadura militar, quando são instituídas as habilitações nos Cursos de Pedagogia e a supervisão educacional passa a assumir um caráter técnico-pedagógico, ainda com a função precípua de inspecionar, controlar e fiscalizar a educação implantada no país, como forma de prevenção ao comunismo.

Na visão de Saviani (2003), o curso de Pedagogia, organizado na forma das habilitações, tinha o papel de formar os técnicos requeridos pelo processo de objetivação do trabalho pedagógico, denominado por ele de “pedagogia tecnicista”, cuja implantação estava sendo feita, naquela época, em todo o país. Com isto, abria-se o caminho para o reconhecimento profissional da atividade do supervisor no sistema de ensino.

Porém, é na década de 1970 que a supervisão ganha nova força institucional com a nova Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus, Lei 5.692/71, tornando-se mais abrangente para atingir, não só a escola, mas todo o sistema educacional. Assim, conforme afirma Lima (2001), a escola exerceria o papel de integrar toda a comunidade educativa, possibilitando um verdadeiro intercâmbio entre todos os setores da comunidade com o propósito de atingir a todos os homens e o homem todo.

Nesse espaço de tempo, acontecem inúmeras discussões acerca da função do supervisor que, mesmo sob uma nova “roupagem” técnica, apresenta um papel essencialmente político. Isto porque, no cenário nacional, a Supervisão Educacional tornou-se uma função mediadora com fins de garantir a hegemonia da ideologia dominante, englobando atividades de assistência técnico-pedagógica e de inspeção administrativa, configurando-se, assim, como um serviço técnico “neutro”.

Em decorrência disto, surgem nos anos 80 diversos questionamentos acerca da função política do supervisor, ocultada no seu caráter meramente técnico, bem como a crítica referente à especificidade das habilitações, especialmente da supervisão, sob o argumento de que carecia de um embasamento teórico consistente e específico, o que levava aos profissionais ocuparem postos burocráticos. Esta constatação fez com que as chamadas habilitações técnicas passassem a ser vistas como uma mera divisão de tarefas no campo da educação.

Assim, com os levantes de movimentos sociais e com a derrocada da ditadura militar, os técnicos-especialistas em educação foram chamados à extinção devido à

função que exerciam. Ocorre neste período uma perda da identidade do supervisor que se vê sem as referências que orientavam suas ações no Regime anterior.

Entretanto, nos dias hodiernos, o que se pode constatar, é que, apesar dos entraves e equívocos da ação supervisora, a própria realidade brasileira aponta para a relevância do supervisor em sua especificidade atuando na organização e articulação do trabalho pedagógico.

É por isto que nos anos 1990 e 2000, de acordo com Lima (op. cit.), reconhece-se que a supervisão pode fazer uso da técnica sem a conotação de “tecnicismo”, passando a ser concebida como uma função, indissociavelmente, técnica e política.

A esse respeito afirma FERREIRA (2003, p. 251):

[...] Eleva-se, assim, a supervisão educacional da condição de executora de políticas e de planejamentos, de apenas articuladora de conteúdos e propostas, para atuar partícipe da construção da sociedade, condição esta sim que garantirá a qualidade do trabalho pedagógico.

O Supervisor Educacional é, então, chamado a repensar a sua própria prática e refleti-la de forma que lhe possibilite: reorientar e buscar práticas inovadoras, articuladas, contextualizadas e cooperativas; trabalhar sempre no âmbito da coletividade como um agente transformador da práxis, assumindo os desafios de um trabalho de supervisão que resulte numa educação mais humanizada.

2.3 A Legislação da Supervisão Educacional no Brasil.

Com a Reforma João Luís Alves, de 1925, cria-se um decreto onde são tomadas medidas que reservam aos órgãos específicos o tratamento dos assuntos educacionais, separando-se a parte administrativa da parte técnica, o que gera condições para o surgimento da figura do supervisor como distinta do diretor e também do inspetor, cabendo, assim, ao diretor a parte administrativa e ao supervisor a parte técnica (SAVIANI apud SAVIANI, 2003).

Assim, tenta-se atribuir ao inspetor um papel predominantemente de orientação pedagógica e de estímulo à competência técnica, em substituição a antiga fiscalização, no intuito de detectarem falhas e aplicar punições, passando a denominá-lo de **supervisor**.

No entanto, é através da Reforma Francisco Campos, em 1931, que se muda a visão de supervisão, antes concebida estritamente com o caráter de fiscalização. Contudo, só em 1942 com a Lei Orgânica do Ensino Secundário lhe é dado o caráter de Orientação Pedagógica, título que em 1950 ganha uma roupagem mais moderna, passando a denominar-se de **Supervisão Escolar**, cuja meta era uma concepção de educação voltada para a transformação social. Esta reforma foi proveniente do Decreto-Lei 19.890 de 18/4/1931 e só a partir de então a supervisão assume um caráter profissional, pois além de realizar a fiscalização que vinha recebendo, as exigências passariam a ter cunho mais sério que anteriormente.

Já a Reforma Gustavo Capanema, Decreto-Lei de n.º 244 de 9/4/1942, determinou que a inspeção não se restringiria, apenas, a partir do aspecto administrativo, mas teria também um caráter de orientação pedagógica. Neste ponto foi entendido que não era oportuno, apenas, exigir dos integrantes do sistema educacional atitudes, critérios, habilidades do professor e gestor da instituição, uma vez que era preciso contribuir com idéias e sugestões que pudessem melhorar a escola.

Na década de 1950, a inspeção reaparece no cenário educacional brasileiro. Desta feita, surge de forma “modernizada” e a partir de então passa a ser chamada de Supervisão Escolar. A educação passa a assumir a concepção mais comprometida com a sociedade, a partir do momento em que toma consciência de que pode ser uma alavanca para a transformação social.

Como fruto da política de alianças entre o Brasil e os Estados Unidos, surge o curso de Formação dos Supervisores Escolares, os quais foram promovidos pelo Programa Americano-Brasileiro de Assistência do Ensino Elementar (PABAE). Assim, formam a primeira turma de supervisores escolares que iriam atuar no Ensino Elementar (conhecido como Primário), o que corresponde hoje às primeiras séries do Ensino Fundamental.

Em virtude da necessidade de modernização do ensino e também o preparo de professores leigos, o PABAE expandiu sua atividade no Brasil durante o período de 1957 a 1963. O surgimento de novos profissionais no mercado e a absorção deles por instituições levaram o país a criar leis específicas.

O surgimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º 4.024 de 20/12/1961, apresenta mudanças no campo da inspeção. A lei, no seu artigo 52:

[...] prevê a formação de inspetores para o Ensino Primário. Descentralização do sistema de ensino: Estados e Municípios devem assumir os encargos de organização e execução dos serviços educacionais. E acrescenta: Ao Governo Federal cabe definir as metas a serem alcançadas em todo o país e uma ação supletiva as deficiências regionais, por meio de auxílio financeiro e de assistência técnica.

Quanto à supervisão a lei determinou a descentralização do serviço de inspeção. Os Estados passaram a ter a incumbência de organizar esse serviço referente ao ensino Primário e Secundário. Necessidade de reorientar o sistema educacional a fim de que servisse efetivamente à estratégia global de desenvolvimento. Disseminação da ideologia capitalista.

Retomando ao contexto histórico no Brasil, no Governo Pós-64 à supervisão escolar passou a exercer, nos diversos sistemas educacionais, em todas as unidades federadas, a função de controlar a qualidade do ensino, como também criar condições que promovessem sua real melhoria.

A partir deste período, passa-se a exigir do Supervisor Escolar formação à Nível Superior. SAVIANI, (1988) declara que a presença do ESPECIALISTA (Supervisor Escolar e Orientador Educacional) no interior do sistema educacional evidenciava, cada vez mais, o reforço à divisão do trabalho no interior da escola.

Contudo, recentemente, houve a homologação pelo Conselho Nacional de Educação das normas que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Pedagogia. Tal dispositivo alterou de forma bastante expressiva a noção de divisão do trabalho na Pedagogia, criando, agora, o Pedagogo Generalista.

Segundo as Diretrizes Curriculares, cabe aos cursos de Pedagogia formar um profissional capaz de ter uma visão ampla sobre as questões que envolvem a escola, como por exemplo: metodologias e aprendizagem; espaço sociocultural na qual está inserida a escola; gestão da instituição escolar; pesquisas e extensão da área. Sobre isto, o parágrafo terceiro do sexto artigo das Diretrizes Curriculares Nacionais expõe como os cursos de Pedagogia deverão montar suas grades curriculares:

Art. 6º Na construção do projeto pedagógico dos cursos de formação dos docentes, serão consideradas:

§3 A definição dos conhecimentos exigidos para a constituição de competências deverá, além da formação específica relacionada às diferentes etapas da educação básica, propiciar a inserção no debate contemporâneo mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência, contemplando:

- I - cultura geral e profissional;
- II - conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas;
- III - conhecimento sobre dimensão cultural, social, política e econômica da educação;
- IV - conteúdos das áreas de conhecimento que serão objeto de ensino;
- V - conhecimento pedagógico;
- VI - conhecimento advindo da experiência. (RESOLUÇÃO CNE/CP nº 1/2002)

Desta forma, o Conselho Nacional de Educação vai uniformizar através de normas a forma como os cursos devem preparar os novos pedagogos, mudando a direção da especialização para um profissional generalista. A Supervisão Escolar, por sua vez, deverá adaptar-se às novas necessidades impostas pela legislação para somar aos professores buscando sempre a eficiência na tarefa educativa.

2.4 Repensando o Papel da Supervisão Escolar

O surgimento da propriedade privada e a divisão dos homens em classes influíram de forma direta na educação. Quando a função do Supervisor Educacional passou a funcionar conforme os moldes da sociedade capitalista, especialmente a partir da revolução industrial, a figura do Supervisor passa a ser vista como a de um sujeito que fiscalizava e punia os serviços dos empregados quando estes não eram realizados conforme se exigia e se determinava.

Vale salientar que a figura do Supervisor sempre esteve presente no setor de produção, como a história nos mostra a ação deste supervisor nas atividades dos funcionários (pessoas sofridas) que trabalhavam em diversas atividades no campo.

Nos dias atuais, o trabalho do Supervisor Educacional influencia diretamente no dia-a-dia de educadores e alunos, pois saber mediar às práticas do professor não é tarefa fácil, exige-se que o supervisor faça, constantemente, uma avaliação sistematizada e constante da atuação do docente em vários aspectos, desde que tenha clareza quanto aos seus objetivos.

A supervisão, assim concebida, vai muito além de um trabalho meramente técnico-pedagógico, como é entendido com freqüência, uma vez que implica

uma ação planejada e organizada a partir de objetivos muito claros, assumidos por todo o pessoal escolar, com vistas ao fortalecimento do grupo e ao seu posicionamento responsável frente ao trabalho educativo. Nesse sentido, a supervisão deixa de ser apenas um recurso meramente técnico para se tornar um fator político, passando a se preocupar com o sentido e os efeitos da ação que desencadeia mais que com os resultados imediatos do trabalho escolar (ALONSO, 2002, p. 175).

Precisamos desmistificar a concepção que se tem do Supervisor e de sua competência e compromisso político, porque ser competente é muito mais que desenvolver “tarefas” impostas pelo sistema, pois conforme Fernandes (1997) precisamos buscar desenvolver um trabalho mais voltado, especificamente para os fins da educação, para o ensino e para o aluno, ao invés de manter a “fidelidade” ao sistema.

Urge que o educador-supervisor faça uso do seu discurso para que possa (re) pensar a sua prática, a luz de uma compreensão crítica da burocracia que impera no sistema, com o objetivo primordial de se colocar a serviço das finalidades educativas da escola, portanto,

A competência a ser construída pelos supervisores, em qualquer nível que atuem, deve se revelar primeiro na sua capacidade de visualizar claramente qual pode e deve ser o papel da supervisão exercida por um educador. Essa competência compartilhada precisa, em cada momento e espaço, assumir, na ação, a dimensão técnica e o compromisso político do saber fazer (FERNANDES, 1997, p.121).

Partimos do pressuposto de que todo profissional deve se manter atualizado na sua área e com as pesquisas mais recentes, assim como o supervisor, para que ele possa está disposto há aprender o tempo todo, a buscar novas fontes de pesquisas, seja para si e/ou para os outros profissionais que estão engajados e inseridos na sua equipe. Torna-se evidente que investir na própria formação é de suma relevância e importância, aliando tudo isto a sua criatividade, a sua inteligência, a sua sensibilidade e a sua capacidade de interagir com outras pessoas que estejam ao seu redor, de forma sempre democrática consciente de seus propósitos.

O Supervisor Educacional deve ter conhecimento de que a sua responsabilidade vai além da sala de aula. Em princípio, seu foco é o professor, mas em extensão, a comunidade escolar é de sua responsabilidade. A articulação entre a escola e a comunidade deve ser de responsabilidade do supervisor, como já foi dito anteriormente, o supervisor deverá estar ciente das novas concepções e atualizações que dizem respeito

à educação, no que se refere, mais especificamente, as teorias de desenvolvimento e da aprendizagem, além do impacto dos meios de comunicação e informação, vêm colocando em questão e redefinindo o papel do Educador e do Supervisor na atualidade, baseada nesta reflexão convém dizer que,

Se não cabe ao supervisor impor soluções ou estabelecer critérios obrigatórios de interpretação, cabe-lhe, sem dúvida, por ser brasileiro e por ser um educador responsável, ajudar na construção da consciência histórico-política necessária à luta contra a dominação. Isso implica uma posição de profunda atenção aos fatos do cotidiano escolar e do cotidiano da sociedade que lhe assegure condições de análise adequada do significado das ocorrências que se vão acumulando (SILVA JUNIOR, 1997, p.96).

Outro aspecto que poderá ser enfatizado está na revolução que os meios de comunicação/ informação provocam, uma vez que consciente e/ou inconscientemente pode, de certa forma, redefinir e/ou ameaçar o papel do educador e do supervisor na atualidade e quem vai definir a sua relevância, frente às novas tecnologias vai ser a competência desses profissionais, quando Mary Rangel (apud, MONTENEGRO, 1998, p.26), afirma que:

[...] Nada – equipamento algum substitui a leitura. Mesmo numa época em que proliferam os recursos audiovisuais e as “máquinas” ou “mecanismos” de ensinar (embora estejam ao alcance de poucas escolas) mesmo numa época em que a informática se impõe com todo o seu poder econômico e processual, pode-se (re)-afirmar: Nada – equipamento algum – substitui a leitura. (RANGEL, 1998, p.121).

Quando a prática pedagógica realiza-se movida pela consciência de que é preciso se fazer uma prática social coerente com os princípios teórico-metodológicos, por compreender que todos os sujeitos envolvidos são passíveis de serem “contaminados” pelo estigma dos novos conhecimentos e a partir daí tem-se um círculo de constante evolução, gerando, ao final, um ambiente produtivo e gerador de ideais e perspectivas progressistas.

A supervisão ampliada tem, portanto, dois sentidos o pedagógico e o social: o sentido pedagógico da ampliação, realiza-se quando a supervisão é distribuída pelos professores no momento em que organizam coletivamente o trabalho; o sentido social da ampliação, realiza-se quando a supervisão

sublinha, no seu desempenho, a relação educação-sociedade. RANGEL (1992, p.20):

Ferreira *etall* (2003) esclarece que a forma notável de manifestação de função supervisora pode ser encontrada na figura do *pedagogo* tal como se configurou na Grécia. Etimologicamente significando aquele que conduz a criança ao local de aprendizagem, o pedagogo era inicialmente, na Grécia antiga, o escravo que tomava conta da criança e a conduzia até o mestre, do qual recebia lição.

Depois, passou a significar o próprio educador, não apenas porque, em muitos casos, ele passou a se encarregar do próprio ensino das crianças, mas também porque, de fato, sua função, desde a origem, era a de estar constantemente presente junto às crianças, tomando conta delas, isto é, vigiando, controlando, *supervisionando*, portanto, todos os seus atos (SAVIANI, 2003, p.17).

Nesta perspectiva, nos dias atuais, supervisionar vai muito mais além de revisar simplesmente algo que foi feito por outrem, uma vez que todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem devem dispor de pouco tempo para adquirir novos conhecimentos, cabe ao supervisor educacional proporcionar a reflexão da produção científica mais atualizada.

Para isso, ele deve ser o elemento referencial, aquele sujeito à qual todos buscam informações e encontram. Porém, não se deve cair no estigma e na ingenuidade de conceber que o supervisor é um “super tudo”, quando ele deveria conhecer sobre toda e qualquer situação. Na verdade, ele deve ser o suporte para atender as necessidades de conhecimento e caso não esteja preparado, naquele momento, deverá buscar em suas fontes de pesquisa o auxílio e ajudar a quem precisa no momento.

De acordo com Perrenod (2000 p.179):

Trabalhar, individual ou coletivamente, com referências de competências é dar-se os meios de um balanço pessoal e de projeto de formação realista. É também se preparar para prestar contas de sua ação profissional em termos de obrigação, de competências, mas do que de resultados e procedimentos.

Neste sentido, a autoformação resulta – idealmente - de uma prática reflexiva que se deve muito mais a um projeto individual ou coletivo do que a uma expectativa reguladora, normativa e explícita da instituição a que somos submissos.

No mundo em que vivemos não é legítimo que os referenciais de competências sejam também instrumentos de controle. Assim, como o profissional deve continuar sendo responsável pela sua formação, a instituição deve tornar-se aliada a este vínculo de formação entre os eixos: professores, equipe técnica e formação contínua, para que, em coletivo, seja possível o estímulo, o avanço e a conquista de seus objetivos, rumo ao nosso crescimento pessoal e profissional.

O Supervisor Educacional precisa atentar para o fato de que uma de suas inúmeras atribuições deve estar voltada para reflexões com os que fazem a escola sobre temas da atualidade e que estejam inquietando os educadores, desde o problema da indisciplina, das drogas, da violência, da orientação sexual, a questão étnico-racial, de gênero e outros, os quais são temas considerados importantes no contexto da escola.

Vale salientar que a figura do Supervisor Educacional deve ser vista de forma que os outros profissionais que fazem a escola entendam que o papel do Supervisor Educacional exige dele uma postura de compromisso político com a educação que esteja voltada, mais especificamente, para um compromisso mais sério com o ensino e a aprendizagem, vale dizer que este compromisso não está direcionado, apenas, ao professor e ao aluno. Não se esquecendo de que as suas intervenções poderão contribuir, significativamente, para o crescimento da escola, como é o caso do Projeto Político-Pedagógico que deve estar relacionado, diretamente, com a filosofia da escola e a partir daí, busque desenvolver um trabalho em que envolva todos os segmentos da comunidade escolar, que vai desde o contato com os pais, com os professores, com os alunos e com o pessoal de apoio da escola.

Nesta perspectiva, sabemos que várias questões, necessidades e dificuldades poderão vir à tona pelas pessoas que estão inseridas – direta e indiretamente - no processo educacional, ao trazer à pauta discussões administrativas e pedagógicas, tais como: o sistema de avaliação na escola, a repetência, a dificuldade de fazer com que os alunos leiam e escrevam o recreio e outros.

Assim, o Projeto Político-Pedagógico pode contribuir buscando um maior aprofundamento destas questões, porque temos consciência de que o mesmo não pode estar de fora das discussões pedagógicas, por entender que tudo gira em torno dele, e é a sua falta que impede que a escola busque desenvolver um trabalho sério e de qualidade.

Já no que diz respeito ao contexto educacional Alves e Garcia (2003) consideram que, constantemente, ocorrem transformações com os diferentes sujeitos implicados na escola, pois, se muda a realidade do principal sujeito, que é o aluno ou

aluna, conseqüentemente, deve se mudar toda dinâmica escolar, de modo que se possibilite atender aos novos sujeitos que a procuram em busca de novos conhecimentos.

Neste sentido, o perfil do Supervisor Educacional que se delinea nos dias atuais é de um profissional dinâmico, criativo, competente e comprometido, cujo trabalho junto ao professor, de forma coletiva e articuladora, promova a compreensão do processo ensino/aprendizagem e das relações de sua produção, bem como das relações sócias-políticas que permeiam a educação.

De acordo com Rangel (1997), a proposta que se tem para o supervisor, hoje, é de que a sua prática aconteça no âmbito coletivo e numa perspectiva crítica, baseada na articulação, na participação, na cooperação, na integração e na flexibilidade. Assim, reconhece-se a necessidade cada vez maior de que o supervisor e o professor sejam parceiros, com posições e interlocuções definidas e garantidas na escola. Só assim, abrir-se-ão os caminhos que vão possibilitar uma educação de qualidade e emancipadora, para que possamos transformar o homem num cidadão crítico, conhecedor de seus direitos e deveres, participantes ativos da sociedade, tornando-a mais justa e mais humanizada.

Percebe-se, portanto, a relevância do trabalho da Supervisão Educacional no contexto escolar, cujo espaço reúne diversas experiências e vivências por que passam os diferentes sujeitos que nela interagem. Cabe-lhe, então, a promoção das articulações necessárias para a construção coletiva de alternativas que coloquem a educação a serviço do desenvolvimento de relações verdadeiramente democráticas.

No entanto, diante da complexidade e da abrangência da função do Supervisor Educacional, bem como das demandas da contemporaneidade, entendemos ser necessário repensar esta prática e redefinir os papéis. Assim, não apenas deve-se repensar a prática do Supervisor Educacional, mas de todos os profissionais que atuam na escola.

No âmbito da Supervisão educacional ela carrega consigo um sentido político e pedagógico, que, por sua vez, se apresenta com uma carga de liderança dentro da escola. O papel e a atuação do supervisor, hoje, na escola, não se restringe, apenas, a vistoriar o que os professores estão aplicando em sala de aula, como se fossem “meros” fiscais dos professores, isto foi uma mentalidade adotada no início da profissão.

Tal perspectiva na função supervisora se deu devido às mudanças que aconteceram na família, como por exemplo: a ausência da mulher em casa, a separação

dos pais, o desfacelamento e/ou desajuste familiar causados pela chegada da pós - modernidade, fazendo surgir novos problemas na escola os quais levaram o Supervisor Educacional a assumir outros papéis que antes não lhe competiam, como o de acompanhar o processo de rendimento escolar para amenizar e/ou reduzir os índices de repetência, ao provocar um contato diário com o aluno e evidenciar a necessidade que se tem de uma atitude construtiva e educada dentro da escola, ao focar os aspectos políticos e sociais e as reais necessidades de mudança e ao fazer com que o aluno enxergue as vantagens dele se sentir partícipe da construção de um mundo melhor.

Portanto, o papel do Supervisor Educacional pode provocar mudanças positivas na escola, para tanto o Supervisor Escolar pode ser um sujeito inovador ousado e criativo e acima de tudo um profissional da educação comprometido com o seu grupo de trabalho.

O Supervisor Educacional precisa ter a capacidade de saber ouvir a opinião do grupo quando expõem seus argumentos teóricos e depois refletir seriamente, tudo o que for questionado na escola, desde a sua postura ao saber recuar na hora certa e gerir outras ações inerentes ao assunto em questão, tudo de forma a não causar nenhum mal estar no grupo envolvido, uma vez que o seu papel é o de contribuir direta e indiretamente para que o ensino e a aprendizagem ocorram da melhor forma possível.

Conforme diz Melchior (2001) é necessário que o Supervisor Educacional tenha consciência de que ele é um elemento que faz parte do grupo de professores e sua ação realiza-se como uma ação de grupo, que é direcionada ao ensino e à aprendizagem, a qual visa á qualificação, tanto do professor como do aluno.

Ainda se referindo aos papéis do Supervisor Escolar, Melchior (op. cit.) citando MARY RANGEL apresenta dois níveis em que estes papéis são divididos:

A formação e o desenvolvimento profissional dos agentes de educação e a sua influência no desenvolvimento dos alunos e o desenvolvimento e aprendizagem organizacionais e sua influência na qualidade de vida das escolas (RANGEL, apud MELCHIOR, 2001, p. 68).

RANGEL apud Melchior (2001) ressalta, ainda, a importância do objeto de trabalho do Supervisor Educacional redefinido quando o seu objetivo primordial é o de buscar desenvolver um trabalho qualitativo da instituição escolar e de todos que fazem parte dela, desde o trabalho de estudar, de ensinar ou de dar apoio à função educativa, através de aprendizagens individuais e coletivas, inclusive a formação de novos agentes.

Como já foi dito anteriormente, Rangel (1997) concebe o Supervisor como um líder, o qual é reconhecido pela sua competência, pela identificação com os interesses coletivos, que mobiliza e dinamiza os encontros para discussão e atualização teórica das práticas.

Nesta mesma linha de pensamento encontra-se SILVA Jr. (1986, p.116-117), quando nos afirma que:

Quando o supervisor definido e reconhecido como educador se revelar capaz de articular a ação dos demais educadores, respeitando sua criação e ao mesmo tempo favorecendo seu acesso ao conhecimento [...] se constituirá num provocador de esperanças.

Deste modo, reconhece-se o Supervisor como um profissional necessário, cuja liderança exercida e ação mobilizadora destacam-se pela própria consciência das suas ações, bem como pela importância do trabalho articulado no âmbito da coletividade, o qual deverá traduzir tanto as necessidades dos trabalhadores e do trabalho educativo, quanto às demandas da escola.

Para Severino (1992) a escola é o lugar institucional de um projeto educacional. Isto quer dizer que ela deve instaurar-se como espaço-tempo, enquanto instância social que sirva de base mediadora e articuladora dos outros projetos que envolvem o agir humano: de um lado o projeto político da sociedade envolvente, e de outro o projeto pessoal dos sujeitos envolvidos na educação.

A escola se caracteriza, pois, como a institucionalização das medidas reais para que uma intencionalidade possa torna-se efetiva, concreta, histórica, ou seja, para que os objetivos ou intencionalidades não fiquem apenas no plano ideal, mas ganhe forma real.

No intuito de garantir tais intencionalidades, nestes últimos anos, após a homologação pelo Conselho Nacional de Educação da nova lei que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Pedagogia, os profissionais da área da educação têm refletido sobre a ideia do Pedagogo Generalista, ou seja, o profissional da educação que tem um conhecimento geral sobre contexto da escola, incluindo desde o ensino propriamente dito, até a gestão e coordenação escolar, assim como a atividade de pesquisa e extensão. Isto é muito interessante, pois o professor passa a ter uma visão global do processo educativo, podendo agregar tais conhecimentos à aprendizagem dos alunos. Nesta perspectiva, o pedagogo adquire uma consciência mais ampla do seu

papel no processo educativo e passa a inserir-se em áreas diferentes em prol da aprendizagem,

As Diretrizes Curriculares Nacionais dizem ainda que o pedagogo deve ter um conhecimento geral sobre a realidade social e histórica dos alunos, ou seja, ter um olhar crítico sobre o espaço socioeconômico e cultural no qual a escola está inserida. Dessa forma, as Diretrizes Curriculares são claras quanto à aplicação destes conhecimentos na vida com os alunos, aplicando-o tanto na aprendizagem quanto também na gestão da escola.

Depreende-se do documento que intervir nos múltiplos processos de formação humana significa agir sobre a realidade social e sobre o fenômeno educativo nas suas múltiplas manifestações: econômicas, históricas, sociais e políticas. Isto vai requerer, na formação no pedagogo, um tipo de pensamento que transita do geral ao particular e desse retorna para o geral, num processo dialético, de análises e sínteses que servirá também ao processo de produção do conhecimento da ciência da educação, requerendo um procedimento metódico e rigoroso. (PETERNELLA; GALUSH, 2012, p. 12)

O Supervisor, nesta perspectiva, deve acompanhar os novos rumos da Pedagogia no intuito de se aproximar do professor e suprir suas necessidades. Isto porque, apesar das Diretrizes Curriculares Nacionais apontarem para uma formação em que o pedagogo tenha uma noção mais ampla dos aspectos gerais da escola, muitas questões são difíceis de serem aplicadas na prática tendo em vista a realidade da educação no país.

Portanto, o Supervisor deve atuar como aliado do professor, uma vez que este, por vezes, é incapaz de atender todas as demandas legadas pelas novas Diretrizes Curriculares tendo em vista a situação precária na educação do país. E mais, em muitos casos o professor não se depara com a carência estrutural das instituições, mas também com o desinteresse dos pais em dar assistência (de vários tipos) aos filhos. Assim, a figura do supervisor entra em cena para dar ajuda e os suportes necessários aos problemas dos professores, atuando em prol de uma educação de qualidade formadora de indivíduos conscientes e de uma sociedade humana.

2.5 O Papel do Supervisor Educacional na Era Tecnológica

O mundo atual trouxe o advento das novas tecnologias exigindo do Supervisor Educacional uma nova postura. Agora ele deve se dispor a conhecer as inovações tecnológicas com o objetivo de aplicar essas novidades às metodologias de ensino que podem contribuir para enriquecer a qualidade do ensino.

Compreendemos que o Supervisor Educacional deve estar informado sobre diversos assuntos, para que possa buscar auxiliar o professor, quando se fizer necessário. Retomando as ideias de Silva abaixo descrita, as tecnologias podem ser acrescentadas às competências do professor, desde o seu envolvimento, a sua seleção e a sua utilização.

Alinhando-se à esta concepção educacional atual, encontramos as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) que têm vindo a contribuir com outros desafios, acrescentando às competências dos professores – científicas, curriculares, pedagógicas, relacionais, sócio-culturais outras capacidades como as de exploração pedagógica dos novos recursos tecnológicos, envolvendo desde a sua seleção, utilização e avaliação (SILVA, 2005, p.64).

É necessário, portanto, que o Supervisor Educacional leve em consideração que os jovens da atualidade vive em contato com a televisão, internet e celulares, meios de comunicação que apresentam em grande escala e em pouco tempo, informações precisas. Os alunos (sejam crianças e/ou adolescentes) vivem inseridos nesse mundo repleto de informações e de novidades tecnológicas, convivendo diariamente com isso. É importante que os supervisores estejam atualizados com estas novas tecnologias para dar subsídios aos professores e indiretamente reforçar, positivamente, no trabalho com os alunos para que nem o Supervisor, nem os professores possam se sentir “excluídos” “desatualizados” e assim correrem o risco de serem “desacreditados”.

O uso da tecnologia na escola, seja em sala de aula ou durante palestras com pais, é bastante válido e benéfico para a desenvoltura do supervisor. Este também deve estimular o professor a utilizar novas tecnologias, inclusive a execução de DVDs, vídeo-aula, apresentação de slides, fotografias digitalizadas, as quais estejam dentro do contexto escolar, social e político sob a ótica construtiva.

Tecnologia neste contexto se insere: computador, Internet, programas, CD-ROM, televisão, vídeo ou DVD, todos aplicados de forma que não se torne apenas um

aparato para o professor, não seja somente mais uma maneira de “incrementar” as suas aulas, mas sim uma maneira de desenvolver habilidades e competências que serão úteis para os alunos em qualquer situação de sua vida.

Torna-se necessário enfatizar que deve ser um ato natural do supervisor, buscar novas técnicas ou métodos que auxiliem a aprendizagem do aluno. Dessa forma, o uso da tecnologia é algo que vem auxiliar essa ação. Pois, professor e supervisor devem caminhar juntos buscando o conhecimento, a análise e aplicação de todas as possibilidades oferecidas pela tecnologia que venham a auxiliar no desenvolvimento de um ensino e uma aprendizagem criativa e atrativa para o aluno, uma vez que:

[...] a finalidade da educação escolar na sociedade tecnológica, multimídia e globalizada, é possibilitar que os alunos trabalhem os conhecimentos científicos e tecnológicos, desenvolvendo habilidades para operá-los, revê-los e reconstruí-los com sabedoria. O que implica analisá-los, confrontá-los, contextualizá-los. Para isso, há que os articular em totalidades que permitam aos alunos irem construindo a noção de “cidadania mundial” (PIMENTA, 2005, p.23).

Na questão do uso adequado da tecnologia, o supervisor escolar deve ser parceiro do professor no sentido de conhecer e analisar todos os recursos disponíveis buscando a sua melhor utilização, pois nada adianta fazer uso da tecnologia se isso não é feito da melhor maneira possível. Embora, as crianças e os adolescentes até possam apresentar, muitas vezes, um conhecimento bem mais adiantado das ferramentas tecnológicas hoje existentes, contudo, esse conhecimento não será útil se ele não for utilizado de maneira crítica.

Quando falamos em desenvolvimento humano estamos preocupados com a formação integral do indivíduo, capacitando-o para viver em uma sociedade pluralista, em permanente processo de transformação. Isto implica que, além das dimensões cognitivas e instrumentais, sendo esta última representada pela aquisição dos códigos de representação das informações e dos conhecimentos construídos, é preciso também trabalhar a criatividade, a responsabilidade social, juntamente com os componentes éticos, afetivos, físicos e espirituais [...] (MORAES, apud SILVA, 2005, p.39).

Deve ser uma preocupação tanto do supervisor quanto do professor procurar desenvolver em todos os trabalhos envolvendo a tecnologia, a competência crítica dos alunos. O uso adequado da tecnologia no ambiente escolar requer cuidado e atenção por parte do professor para avaliar o que vai ser usado e reconhecer o que pode ou não ser

útil para facilitar a aprendizagem de seus alunos tornando-os críticos, cooperativos e criativos.

Assim, o uso das novas tecnologias na educação e no ambiente escolar é algo que existe e deve ocorrer. Mas é algo que deve ser feito com cuidado para proporcionar dentro do ambiente escolar uma mudança construtiva, que vise à aprendizagem e não ao acúmulo de informações.

Sabemos que as novas tecnologias contribuem para exercer certa influência na mente dos alunos, frente a determinadas atitudes. Podemos exemplificar tal influência, a partir de posturas observadas na televisão e que se apresentam, fortemente, nas atitudes e posturas dos (as) nossos (as) alunos (as).

Isso é um fato: com o surgimento da televisão houve uma enorme mudança de comportamento em determinadas pessoas, e o que dizer, então, do computador, que associado à Internet trouxe e traz certos modismos e certas mudanças de paradigmas. Em suma, pressupõe-se que determinadas modificações nos gestos, nos modos de ser, nos modos de vestir, andar, falar, pensar, estudar, namorar e outros, advêm da influência, seja da televisão, do cinema e/ou da internet, etc.

Mas o que o Supervisor educacional tem a ver com isso? A princípio, não dá para enxergar, mas numa reflexão mais aprofundada pode-se dizer que o Supervisor Educacional tem muito a ver, pois é a este profissional que se delega a responsabilidade de refletir junto ao professor acerca de sua prática, e da forma que este professor deve encaminhar a sua prática, ao proporcionar aos seus alunos questionamentos que o levem à criticidade.

Basta que seja desmistificada determinada postura dos nossos alunos que advêm destes meios de comunicação, como já foi dito anteriormente, quanto ao uso da televisão, da internet, do cinema, para que estes não se tornem alienados e nem perfeitos filhos do sistema, porque segundo Foucault (1995), a sociedade capitalista forma o tipo de sujeito que interessa a ela, por isso é que precisamos dialogar com os nossos pares, a partir dos gestores, dos orientadores, dos docentes, dos discentes, dos pais e dos demais integrantes da escola, a fim de que através da elaboração, do acompanhamento, da efetivação e da avaliação contínua do Projeto Político Pedagógico da Escola, esses atores possam exercer conscientemente o seu papel de elementos de transformação da sociedade, fazendo com que o produto do processo educacional se constitua no sujeito que queremos formar e não naquele que a sociedade capitalista impõe.

Diante dessa nova concepção de educação e de educador, se faz necessário uma abordagem mais detalhada sobre a instituição social responsável por essa educação transformadora, “a escola”. Por isso passaremos a apresentar no próximo item algumas pontuações necessárias à escola na contemporaneidade, visto ser a mesma o campo de atuação do Supervisor Educacional.

2.6 O Supervisor no contexto da Escola

A escola, nessa sociedade contemporânea, precisa rever desde as suas posturas, as suas concepções e a sua prática pedagógica para que possa à medida do possível, acompanhar as profundas mudanças ocorridas na sociedade, sem que para isso apresente uma postura de passividade e passe a assumir-se numa perspectiva de criticidade, uma vez que este é o seu verdadeiro papel.

Nessa perspectiva, iniciamos acerca do conceito de educação, no sentido de que este adquire e vai adquirindo, ao longo do tempo, uma nova dimensão para se buscar um novo redimensionamento da nossa prática. Por isso, precisamos atentar para o fato de que é papel e compromisso da escola e dos seus profissionais a responsabilidade – maior - de acompanhar estas mudanças e evoluções e buscar intervir, quando se fizer necessário. Ao compreender que todo profissional deve se manter atualizado, inclusive a figura do Supervisor Educacional e a do Professor não poderia estar de fora, mantendo-se com leituras bem atualizadas acerca das produções científicas mais recentes na sua área de abrangência para que possam desenvolver um trabalho de qualidade.

A escola precisa entender que a concepção de Supervisão Educacional, segundo Alonso (2003) ao longo do tempo tem sofrido muitas alterações, as quais provocaram mudanças profundas na maneira de encarar a tarefa educativa e a compreensão da escola como local especializado para conduzir este processo.

A escola a que estamos nos referindo é representada pelos seus atores sociais que vai desde o Gestor da escola, os Professores, os Assistentes Sociais, os Psicólogos, os Orientadores, os próprios Supervisores Educacionais aos demais, daí repensar o que a autora abaixo diz, no sentido de nos fazer refletir para que o Supervisor Educacional

possa junto à escola promover verdadeiras e produtivas articulações com o objetivo de colocar a educação a serviço de uma educação transformadora.

O trabalho dos profissionais da educação - em especial da supervisão educacional - é traduzir o novo processo pedagógico em curso na sociedade mundial, elucidar a quem ele serve, explicitar suas contradições e, com base nas condições concretas dadas, promover necessárias articulações para construir alternativas que ponham a educação a serviço do desenvolvimento de relações verdadeiramente democráticas (FERREIRA apud Rangel, 2002, p.9).

Partindo do pressuposto de que a educação é concebida, atualmente, como um processo orientado para o desenvolvimento individual e social do educando em sua totalidade, possibilitando-lhe ampliar a sua capacidade de transformar o meio em que vivem, satisfazendo, assim, as suas necessidades, assim como Teles (2001) enfatiza que deve ser responsabilidade da educação desenvolver o senso crítico nos seus alunos, à medida que se oportuniza a estes examinar os fatos com profundidade. Assim, busca-se que os alunos investiguem e indaguem sobre a realidade. Contudo, para alcançar isto, é necessário que a educação passe refletida à luz de um arcabouço teórico bem fundamentado.

Não deixando de compreender que a escola na contemporaneidade está inserida em um contexto em que a educação se processa de forma abrangente e complexa, num contexto social organizado, cujas condições devem ser previamente estabelecidas, a fim de buscar assegurar a sua qualidade, no sentido de que se possa recuperar a sua credibilidade em determinados aspectos.

Precisamos compreender, também, que segundo Teles (2001, p.22) “a escola como uma instituição social da maior importância, vive, hoje, uma grave crise como conseqüência da própria crise em que vive a sociedade e o homem” e é, justamente, neste cenário de crises e de mudanças de paradigmas que a figura do supervisor desponta como um elemento de intermediação entre os sistemas de ensino e as novas demandas que emergem no cotidiano escolar. Neste caso, sua tarefa é oferecer orientação e assistência aos professores nas dificuldades que enfrentam no seu cotidiano escolar, procurando manter, com eles, um relacionamento que permita a colaboração e respeito mútuo.

Já Alonso (op. cit.), considera necessário que se reveja o papel e as funções da escola na sociedade contemporânea. As condições de vida na sociedade tecnológica

atual apontam para o surgimento de um outro tipo de homem, com outra formação que o prepare para enfrentar os desafios da pós-modernidade. Se a escola tem como função formar o cidadão crítico e autônomo, isto implica, também, em uma formação de atitudes e valores, e não, apenas, de capacidades cognitivas.

Neste sentido, adquirir conhecimento torna-se imprescindível para viver-se na sociedade atual, o qual pode ser obtido através de inúmeras fontes e situações que não são exclusivas da escola. No entanto, esta pode atuar como agência sistematizadora do conhecimento adquirido fora da mesma, assegurando, assim, uma produção de conhecimento mais elaborado que possa aproveitar todas as experiências extraescolares.

Ainda baseada nas ideias de Alonso, concordamos com PIMENTA (2005, p.22), quando afirma que:

[...] se entendemos que conhecer não se reduz a se informar, que não basta expor-se aos meios de informação para adquiri-las senão que é preciso operar com as informações na direção de, a partir delas chegar o conhecimento, então parece-nos que a escola (e os professores) tem um grande trabalho a realizar com as crianças e os jovens, que é proceder à mediação entre a sociedade da informação e os alunos, no sentido de possibilitar-lhes pelo desenvolvimento da reflexão adquirirem a *sabedoria* necessária à permanente construção do humano.

Para isto, faz-se necessário criar ambientes favoráveis à aprendizagem que promovam uma reelaboração das experiências e desenvolvam as potencialidades do educando, permitindo uma articulação entre a vida escolar e a vida em sociedade.

Nesse sentido, educar deixa de ser o ato de simplesmente transmitir informação e passa a ser o de criar ambientes de aprendizagem para que o aluno possa interagir com uma variedade de situações e problemas auxiliando-o na interpretação dos mesmos para que consiga construir novos conhecimentos, inclusive conhecimentos sobre “aprender a aprender”.

Alves e Garcia (2003) consideram que a escola parece viver hoje um momento de redefinição de papéis, inclusive o seu próprio e de todos que nela interagem. Para estas autoras, hoje, a escola, por si só, não oferece a garantia de um futuro de sucesso. Ela é, apenas, um dos diversos espaços educativos que existem na sociedade, embora sabendo que são neste espaço que o sujeito poderá ser preparado para alçar voos, no sentido de abrir os seus horizontes para conquistar a sua plena autonomia e liberdade, seja enquanto cidadão seja enquanto profissional. Portanto, a escola é o espaço/tempo de encontro de múltiplas redes relacionais e de conhecimentos. Daí as autoras insistirem:

[...] na importância de uma escola que proporcione oportunidades de desenvolvimento de uma flexibilidade intelectual, de sensibilidade e abertura para o novo, de criatividade, em face de situações desafiadoras, de atitude crítica e construtiva face aos impasses que o mundo coloca (ALVES e GARCIA, 2003, p.133).

Desta forma, as autoras supracitadas propõem ainda que:

a escola seja o espaço/tempo de convergência das múltiplas experiências e vivências que cada aluno e aluna vivência e traz consigo a cada dia. Que a multiplicidade e a diversidade de conhecimentos sejam incorporados como “conteúdo pedagógico” e que do confronto dos conhecimentos dos alunos e dos professores, bem como dos demais profissionais da escola, a partir de suas vivências, experiências, leituras e estudos, se busque transformar o espaço/tempo da escola em espaço/tempo de apropriação/criação de conhecimentos (ALVES e GARCIA, 2003, p. 134).

Comungando com as ideias de Alves e Garcia (op. cit.), Linhares (1997) considera que é preciso se ter em mente que uma educação escolar que não considera os seus sujeitos históricos como sujeitos que podem participar ativamente do processo de independência, submete-os a uma homogeneização e opressão do sistema. Por isso, lança-se o desafio de se ampliar à escola, através da ampliação dos espaços de atuação dos seus sujeitos e isto só se efetivará e só será possível, através do conhecimento que lhes possibilitará autonomia e consciência crítica.

Nesta perspectiva, o Supervisor Educacional exerce a função de mediador deste processo, utilizando como instrumento de reflexão e de mudança a memória e a narração da escola. Será, justamente, através da recuperação da memória da escola que se revelará o cotidiano escolar, cujo material é valioso para a atualização e revitalização do ensino-aprendizagem.

Entretanto, pensar na qualidade do processo ensino-aprendizagem implica, também, considerar o nível de conhecimento em que se encontra o professor. Implica em prepará-lo e auxiliá-lo a compreender e analisar o próprio trabalho e a refletir acerca da sua prática. Deste modo, a ação supervisora também se constitui numa assessoria na formação continuada dos professores, para que possamos compreender a amplitude do trabalho do Supervisor Educacional frente a questões mais amplas que dizem respeito à escola e aos problemas que estão muito presentes na sala de aula, precisando, apenas, que seja refletida de forma séria e comprometida pelos professores e pelo próprio Supervisor Educacional.

A esse respeito discorre Alonso (2003, p.178):

Essa forma de conceber a supervisão, centrada na formação de professores, não implica o abandono das tarefas rotineiras, mas indica um redirecionamento do trabalho dos agentes, cuja atenção deverá voltar-se para os problemas que ocorre na sala de aula, com os professores, e outras questões mais amplas que dizem respeito à escola e a seu exterior, tomando consciência das mudanças que estão acontecendo na sociedade e das novas demandas que se colocam para a educação.

Partindo desse pressuposto, a autora percebe isto como uma mudança de paradigma pela qual passa a supervisão escolar, pois esta ao perder o seu caráter normativo e prescritivo, torna-se uma ação reflexiva junto ao professor.

É nesse sentido, reforça ainda ALONSO (2003, p.179) que “o papel do supervisor ganha novas dimensões, passando de controlador e direcionador para estimulador e sustentador do trabalho docente”.

Sendo assim, o trabalho do supervisor junto aos professores, deverá acontecer de forma que haja uma “interação entre iguais”, não existindo, assim, posição hierárquica entre os membros do grupo, mas uma relação de colaboração, de trocas, de experiências e de informações.

Portanto, no contexto atual, estudam-se uma nova concepção de supervisor como elemento desencadeador, estimulador e articulador no processo. Uma “supervisão”, preconizada por Rangel (1997), que promova a humanização do homem e do mundo através do conhecimento-emancipação, com o compromisso de garantir a construção de um mundo de cidadania, de solidariedade, de participação, enfim, um mundo mais humano.

Sendo assim, urge que lutemos por este mundo mais humano e compreendamos que o papel da escola é de fundamental importância para provocar essa humanização, não deixando de levar em consideração que a escola, nos dias atuais, carrega consigo uma gama de fatores que influenciam no seu desempenho, por compreendê-la como sendo espaço de ampla complexidade o qual precisamos entender para melhor atuar e influenciar naquilo que nela acontece.

Uma das complexidades de que estamos falando se refere à questão dos rótulos da chamada “incompetência” que a escola atribui aos seus profissionais, quando se busca criar novos projetos para mudar o quadro de crise em que a escola se encontra.

Quando na verdade, precisamos reconhecer que a escola é um espaço de permanente transformação, assim como é a própria dinâmica da sociedade em que vivemos, uma vez que os sujeitos que nela estão inseridos, desde os alunos, os professores, diretor e demais funcionários, também vivem esses processos extremamente complexos e que, por isso mesmo, exige-se muita pesquisa sobre vários temas e, mais que tudo, é necessário que os seus profissionais tenham muita humildade para romper com uma absurda onipotência com a qual fomos todos (as) formados (as). Mas nem por isso devemos continuar com tais práticas, se entendermos que a falta de humildade de que estamos falando está diretamente relacionada a certas posturas tradicionais de determinados profissionais, inerentes à concepção de ensino.

Hoje, as concepções de ensino não privilegiam mais o ensino como verdade absoluta, por isso mesmo precisamos estar abertos para as mudanças e estas mudanças estão a nos mostrar que precisamos nos debruçar para o estudo e para a pesquisa, por entender que o conhecimento não é estático, e sim, dinâmico. Ao reafirmar o que MORIM (2001, p.76) apud Pozo (2004, p. 10) “conhecer e pensar não significa chegar à verdade absolutamente certa, mais sim dialogar com a incerteza”.

A escola ao dialogar com a incerteza precisa favorecer a aprendizagem de forma que leve o aluno a desenvolver a habilidade de aprender a aprender, possibilitando assim, tanto ao aluno como ao próprio professor estudos e reflexões teóricas para que possam ser aceitos ou rejeitados e novas reflexões teóricas possam ser feitas, considerando que o conhecimento deve ser construído, desconstruído e reconstruído, à medida que vá sendo validado.

Para tanto, é preciso mudar as formas de aprender dos alunos, levando em consideração que isso,

requer também mudar as formas de ensinar de seus professores. Por isso a nova cultura da aprendizagem exige um novo perfil de aluno e de professor, exige novas funções discentes e docentes, as quais só se tornaram possíveis se houver uma mudança de mentalidade, uma mudança das concepções profundamente arraigadas de uns e de outros sobre a aprendizagem e o ensino para encarar essa nova cultura da aprendizagem (POZO E PÉREZ ECHEVERRÍA, 2004, p11).

Várias reflexões podem e devem ser feitas no interior da escola. Ao concordar com Garcia (1996, p. 21) de que “a professora deve ser capaz de teorizar sobre a sua prática, é para nós um princípio teórico-epistemológico que alicerça nossa postura

política e que nos faz considerar a escola como espaço permanente de construção, desconstrução e reconstrução”, entendemos que basta que a escola seja capaz de refletir o que Garcia (op. cit.) tão bem nos adverte, no que diz respeito a prática, do professor para que este possa reverter a situação “indesejada” da escola, quando não ele tem clareza do seu papel. Baseada nisso é que a escola poderá recuperar a sua credibilidade, perante a comunidade escolar e a própria sociedade, ao se ter uma consciência política aguçada.

Acreditamos que a escola vive, hoje, uma nova realidade, quando é “cobrada” de todas as formas para dar respostas e, muitas vezes são respostas para as quais ela não se acha capacitada, visto que muitos fatores interferem – positivamente e negativamente - para que os resultados possam ou não ser bem sucedidos, como por exemplo, é o caso da família, pois sabemos que há papéis que são específicos dela e que por inúmeros fatores a própria família não assume este papel que lhe é inerente e, ainda, se acha com o direito de transferi-los para a escola, deixando-a impedida de desempenhar “bem” o seu verdadeiro papel, isso acontece quando não se faz um trabalho integrado família-escola.

Neste sentido, o papel do Supervisor Educacional é de suma importância, para que este profissional possa provocar e desenvolver reflexões mais amplas quanto ao papel da escola nesta nova conjuntura social, política e educacional do nosso país. Do contrário, a escola vai continuar sendo rotulada de “incompetente”, quando na verdade não é o seu papel resolver problemas que são específicos da família, por isso a escola precisa refletir conjuntamente com a família para que ambas dialoguem acerca dos seus papéis, não descartando a possibilidade de a escola buscar orientar a família, quanto as suas posturas no contexto familiar, como forma de auxiliá-los em vários aspectos.

Outro aspecto considerado importante está relacionado às atribuições do trabalho da escola, porque do nosso ponto de vista, o trabalho da escola da rede pública de ensino não deve estar “atrelado”, apenas, ao que as Secretarias de Educação e MEC determinam por entender que a verdadeira política educativa só acontece e só se efetiva no cotidiano da própria escola.

Não acreditamos em um trabalho onde a escola busca, primordialmente, seguir os ditames de profissionais que não estão vivenciando a realidade da escola – nos gabinetes de secretarias de educação - por mais conhecimentos que se tenha, se deve aprender a olhar o que a escola tem de interessante no seu cotidiano para buscar identificar fazeres e pensares, inspirados nas utopias educativas e sociais por todos os

que fazem à escola, incluindo, entre outros, a figura do Supervisor Educacional, profissional este que poderia, muito bem, articular estas ações, para que assim pudesse se engajar na luta por um mundo melhor, exercendo assim, verdadeiramente, o seu papel político e pedagógico como já foi dito anteriormente.

Sabendo que quem tem alguma experiência com a rede pública de ensino, reconhece que a cada nova administração, algumas políticas deixam de existir, mesmo que estas estejam dando certo, mas porque foi implantado e criado por outros grupos políticos, não podem mais continuar existindo, parece que dá a entender que não “presta”, se a experiência é de outros grupos políticos, afinal todos querem marcar a sua presença por onde passam, não importando que isto signifique “passar o trator” nas experiências interessantes que estão sendo realizadas em algumas escolas.

Baseada nestas reflexões, a escola precisa romper, gradativamente, com determinadas posturas e atitudes, vindas das administrações públicas, mesmo compreendendo que estas práticas não irão ser abolidas da escola, definitivamente, pois o que importa é que se tenha clareza que o nosso papel enquanto educador não é o de aceitar tudo, passivamente, todavia, este entendimento só será repensado se buscarmos estudar mais, compreender toda a dinâmica do serviço público; só assim a escola poderá propor que se reedueque nossa capacidade de ver, ouvir, sentir as idéias e ações produzidas no espaço/tempo da escola e da sala de aula.

Do contrário, continuaremos reproduzindo as mesmas posturas e as mesmas atitudes dos profissionais da década de 1970 e 1980, porque poderemos estar a serviço da classe dominante, sem ter consciência, ao aceitarmos determinadas ações e políticas públicas, de forma passiva, não sabendo que precisamos ler nas entrelinhas o que está por trás de determinadas ações.

Nos últimos tempos a qualidade na educação está sendo muito propagada e enfatizada pelos discursos dos governantes, porém percebemos que o grau de interferência do estado é cada vez menor, uma vez que entendemos que o estado foi criado para manter o bem estar social e, contraditoriamente a isso, este se preocupa somente com o bem estar do mercado. Em seu discurso neoliberal o governo apregoa um ensino de qualidade que se preocupa em deixar o aluno preparado para a competitividade do mercado de trabalho, quando sabemos que o papel da educação não deve se limitar apenas em preparar o indivíduo para o trabalho, mas também desenvolver neste um censo crítico, no sentido de que ele possa ser um cidadão

participante na sociedade, tendo consciência dos seus direitos e deveres, colaborando, assim, na construção de um mundo melhor.

Entretanto, estamos a assistir uma educação que contribui, cada vez mais, para a exclusão social, exclusão essa que se encontra presente nos mais variados aspectos que estão presentes no contexto escolar e no próprio processo de ensino e de aprendizagem, que vai desde a uma simples forma de se relacionar com os alunos e demais integrantes do processo educativo, como a escolha dos livros e textos utilizados em sala de aula, as referências bibliográficas, as posturas assumidas diante de questões multiculturais, e as mais variadas formas de se posicionar criticamente sobre determinadas questões, expressadas pelos próprios atores sociais da escola.

Dessa forma, é pertinente constantemente pergunte a si mesma: O que deve fazer a escola? Qual é o seu papel? O que é fundamental para a escola? Onde ela deve investir toda a sua força?

Segundo Rodrigues (1996) o nosso foco deve estar voltado para estes questionamentos, ao buscarmos desenvolver reflexões comprometidas politicamente com a classe social a que os nossos alunos pertencem, por entendermos que a escola precisa ser consciente de que ela deve transmitir o saber necessário para que os alunos desenvolvam habilidades e potencialidades pessoais e de sua classe, contribuindo para a transformação desejada. O saber de que falamos não é um saber desvinculado de sua cultura e de suas experiências, mas um saber que se compromete a operar com os instrumentos necessários à sua formação profissional, social, política e cultural, basta que a escola habilite da melhor forma possível os alunos, dando o melhor de si, para habilitá-los à: aprender a ler e a escrever; realizar cálculos matemáticos; identificar, analisar, compreender a organização do espaço geográfico e identificar, analisar, compreender e transformar o espaço histórico em que está inserido.

Todas estas questões devem estar imbricadas no projeto maior de escola que é o Projeto Político Pedagógico da mesma e a sua filosofia educacional, filosofia esta que é entendida como o questionamento do próprio fazer pedagógico e este fazer pedagógico pode estar representando a vontade coletiva de todos os setores da escola, para que, de forma intencional, possamos educar os nossos alunos porque, segundo Paulo Freire (1998) o ato de educar é um ato político por excelência.

Nas reflexões feitas, anteriormente, estão presentes a função social e política da escola, quando se deseja que a escola repense o seu papel, desde a sua função social e política, aos anseios e necessidades fundamentais de uma classe que ela representa.

Ora, várias reflexões foram feitas, mas nos parece que as reflexões acerca da escola não se esgotam em si mesmas, quando a questão da democratização precisa ser mais discutida. Se partirmos do princípio de que houve democratização do acesso à escola, mas não houve democratização econômica, quando os estudiosos da área educacional estão a nos dizer que não é possível fazer uma escola para todos, dentro de uma sociedade feita para alguns, portanto, de certa forma, torna-se contraditório e é nesta contradição que a escola atua, por isso precisamos refletir com os nossos alunos essas e outras contradições que, muitas vezes passam despercebidas.

Pelo exposto podemos perceber que, na verdade, a escola é conservadora e, de modo algum, democrática, como querem alguns fazer acreditar.

Presenciamos constantemente na escola profissionais desestimulados, porque nos parece que lhes falta paixão pelo que faz, uma vez que necessitamos realizar e satisfazer as nossas necessidades para que possamos sentir **prazer** e este prazer pode e/ou poderá estar presente na escolha de nossa profissão, por entendermos que nós só fazemos determinada atividade com empenho quando isto nos dá prazer, mesmo que haja empecilhos busca-se vencer estes empecilhos/desafios.

Hoje a escola precisa repensar o seu cotidiano, porque estamos a assistir alunos felizes quando a escola anuncia que não haverá aula, por qualquer que seja o motivo, quando na verdade poderíamos nos preocupar se decidíssemos realizar uma pesquisa para descobrir os possíveis indícios que contribuem para que estes alunos se apresentem dessa forma ou descobrir o que poderíamos fazer com que esta escola pudesse reverter o quadro da apatia e do desinteresse.

Outras práticas foram criadas, como foi o caso da prática transdisciplinar que poderia contribuir para estimular os alunos a se interessarem pela escola, mas me parece que ainda é uma alternativa que está longe de ser concretizada.

Ao ventilarmos a possibilidade de se trabalhar a prática transdisciplinar no contexto da escola não podemos deixar de destacar a grande problemática que vivenciamos – hoje - na escola que é a cultura da violência, cultura esta que está muito presente na escola e que termina repercutindo, fortemente e até prejudicando o bom “andamento” e/ou o processo de ensino e de aprendizagem, daí termos que refletir acerca da cultura da PAZ nas escolas, ao compreendermos que:

A Escola é o lugar, por excelência, de construir a Cultura da paz. Formando indivíduos sob uma outra lógica; não da destruição, mas da construção; não da concorrência desenfreada, mas da cooperação; não do individualismo

exacerbado que pisa onde for preciso para alcançar seus intentos, mas dos interesses da coletividade; não da imposição de modelos culturais, mas do respeito às diferenças; não da manutenção das desigualdades, mas da promoção da justiça social; não da discriminação, mas da compreensão (SILVEIRA, 2003, p.17).

Acreditamos que a escola precisa trazer a família para dialogar no seu contexto, através de reuniões que contem com a presença dos pais e/ou das pessoas responsáveis pelas crianças que nela estão, para que, juntos, possam refletir acerca da problemática da VIOLÊNCIA que assola a sociedade. E para que a educação possa se fazer presente nestas questões, visto que ela sofre as consequências, precisamos trazer estas reflexões, no sentido de que lutemos para minimizar a problemática.

Assim, a escola poderá discutir com a família o papel de ambos, para que possam assumir suas respectivas responsabilidades, descartando o jogo do “empurra-empurra”. Este, por sua vez, precisa ser completamente abolido, pois a escola que queremos e pela qual lutamos é uma instituição que precisa exercer sua função de humanização dos indivíduos.

Ao se discutir a violência, vários aspectos que a ela estão diretamente relacionados, também serão discutidos, como é o caso do individualismo e da concorrência desenfreada e para que isto aconteça, faz-se necessário nesta sociedade, atual, o atentado à vida do outro, contanto que os sujeitos se sintam, aparentemente, “vitoriosos”, tudo isto em nome da “ganância”, chegando-se a reforçar a violência física e a violência aos direitos humanos, culminado com o atentado a própria vida e a do outro, como se pudéssemos desrespeitar o direito a vida, garantida na constituição do nosso país.

Precisamos acreditar que a escola poderá dar a sua parcela de contribuição para que a sociedade possa repensar os seus valores humanos, éticos e morais, mas para isto, é necessário que nos comprometamos com as crianças que estão a esperar por ações efetivas da escola, quando a família se encontra, muitas vezes, perdida, e que segundo Silveira (2003) precisamos educar pela lógica da construção e não pela lógica da destruição; precisamos educar pela lógica da cooperação e não pela lógica do individualismo, mas sim, educar pela lógica dos interesses da coletividade; precisamos educar não pela manutenção das desigualdades sociais, mas da promoção da justiça social; precisamos educar pela lógica da compreensão não da discriminação, a humanidade está demandando novos corações e mentes para constituir-se enquanto tal.

A escola se atribui uma série de ações educativas, porém o seu papel parece que precisa ser repensado a cada momento com todos os sujeitos que dela fazem parte, para que essa escola dos meninos felizes possa ser reinventada, a cada dia, através das suas inquietações, das suas dificuldades, dos seus desafios e das suas angústias.

Precisamos compreender que estamos na era da sociedade do conhecimento, e que esta uma sociedade de múltiplas oportunidades de aprendizagens e, além de contar com parcerias como família, associações, clubes, etc. a escola necessita se avaliar constantemente no que diz respeito a estas aprendizagens.

Neste contexto, a escola precisa descartar a possibilidade de oferecer apenas conteúdos utilitaristas, no sentido de apresentar resultados, como se preparássemos peças para ser utilizadas no mercado competitivo, como por exemplo, estudar somente para se obter um título, sem que invista numa educação geral formando sujeito para a vida.

Neste sentido, podemos questionar: quando a escola contribuirá para que se ame o conhecimento? Compreendendo que é necessário, primeiro que a própria escola se impregne desse conhecimento, entendendo que a mesma deve ser um espaço de realização humana, de alegria e de conhecimento cultural, conforme diz Alonso (1999, p.174):

A escola terá, portanto, que atuar num outro nível que o da transmissão; deverá ser assistematizadora do conhecimento adquirido fora e, sobretudo, garantir a produção de conhecimento mais elaborado que aproveite todas as experiências adquiridas; é importante criar ambientes de aprendizagem e instigadores que corroborem para o processo de elaboração e reelaboração das experiências, propiciando o desenvolvimento das capacidades mentais do aluno.

Acreditamos que a utopia deve estar presente na educação e a escola precisa persistir nesta utopia, quando os professores investirem na reflexão crítica das informações, baseada nas formulações de hipóteses, para que assim possam transformar a informação na verdadeira construção e reconstrução do conhecimento.

Nesta perspectiva, a escola poderá deixar de ser apenas lecionadora, reprodutivista, repetitiva, para ser uma escola dinâmica, viva, atuante e gestora do conhecimento. Muito embora precisem atentar para o fato, de que não basta, apenas, “modernizá-la” para acreditarmos que ela é gestora do conhecimento, pois gestar o

conhecimento vai mais além, exige transformações profundas e radicais por parte dos que fazem a escola, desde o gestor, técnicos, professores, alunos e outros.

A consciência política da escola diz respeito à aceitação ou não das mudanças vindas de fora que são consideradas superficiais e momentâneas e as mudanças que vem de dentro da escola possibilita maior durabilidade, uma vez que nascem das dificuldades e interesses do próprio contexto escolar.

Consideramos de suma importância que a escola se aproprie dos quatro pilares do conhecimento criados por Jacques Delors (1996) e que estão no relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI que podem ser tomados como bússola para orientar a educação rumo ao futuro os quais são: Aprender a conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Viver e Aprender a Ser.

Com base nos estudos realizados, compreendemos que a escola a qual estamos nos referindo, poderá tomar uma outra dimensão, no sentido de que lutemos para que possamos resignificá-la e redimensioná-la, do contrário ela terá uma outra função que não é a de oportunizar aos alunos a desenvolver uma transformação radical de si mesmo, contribuindo para que eles possam compreender e tomar posse da realidade em que vivem e, para que, gradativamente, possam compreender melhor a condição em que cada um se encontra e possam decidir e optar pela condição de um sujeito ativo na construção de uma cidadania que lhe foi negada pela história de autoritarismo e passividade em que fomos educados (as) até algumas décadas atrás ou possam optar pela condição de sujeito passivo, desde que a escola possa ter a consciência do dever cumprido, frente ao seu papel político.

CONSIDERAÇÕES

Pela complexidade da temática Supervisão Educacional no contexto sócio-educacional atual, consideramos pertinente a abordagem crítica da Supervisão no Sistema de Educação, tomando como base a revisão dos referenciais teóricos voltados para Supervisão Educacional, em particular os teóricos Rangel (1992), (1997), (1999), (2000) e (2002); Alonso (1999); Silva Jr. (1987); Severino (2000) entre outros. Tendo em vista que suas informações foram extremamente significativas para o desenvolvimento desse estudo, ou mesmo fundamentais ao alcance dos objetivos que nos fizeram refletir sobre a prática do supervisor educacional, ontem e hoje, oportunizando também a sua compreensão.

Nesta perspectiva, frente às reflexões desenvolvidas neste trabalho, podemos destacar ainda, que a Supervisão Educacional, ao longo do tempo, foi entendida e, muitas vezes praticada por alguns profissionais como um trabalho meramente técnico-pedagógico, por desconhecerem o trabalho sócio-político do Supervisor Educacional. Sabemos que, atualmente, a concepção de Supervisão Educacional deve ser entendida numa perspectiva crítica, implicando, assim, numa ação, pensada, planejada e sistematizada, a partir de objetivos muito claros, assumidos por todos que fazem parte da escola.

Por isso entendemos ser necessário que o Supervisor Educacional, nos dias atuais, como já foi dito anteriormente, trabalhe numa perspectiva crítica, bem como na conquista do seu trabalho, que hoje está muito desvalorizado pelos professores devido à prática exercida no passado. É importante também que o Supervisor Educacional esteja sempre avaliando a sua prática, pesquisando e buscando novas metodologias e estratégias de ação para que possa desenvolver um trabalho fundamentado nas novas concepções de Supervisão, com competência e ações significativas para a prática docente e discente.

Destacamos ainda, que as reflexões feitas nesse trabalho contribuíram para que pudéssemos redimensionar a ação supervisora, reconhecendo, porém, que este redimensionamento só se dará se descobirmos o sentido de sua identidade, uma vez que compreendemos que o seu espaço só terá maior sentido no interior de um trabalho pedagógico, se for desenvolvido de forma que busque qualidade de ensino, relacionando-o à realidade social através de sua competência técnica/compromissada e

de seu compromisso político /competente, rompendo com a visão de poder/ controle permeado pelo saber/poder, potencializando assim a sua emancipação política.

Neste sentido, é preciso desmistificar a concepção que se tem do Supervisor Educacional e de sua competência e compromisso político, porque ser competente é muito mais que desenvolver “tarefas” impostas pelo sistema, pois conforme Fernandes (1997) é preciso que o Supervisor Educacional busque desenvolver um trabalho mais voltado, especificamente para os fins da educação, para o ensino e para o aluno, ao invés de manter a “fidelidade” ao sistema.

Sendo assim, faz-se urgente que o educador-supervisor faça uso do seu discurso para que possa (re)pensar a sua prática, à luz de uma compreensão crítica da burocracia que impera no sistema, com o objetivo primordial de se colocar a serviço das finalidades educativas da escola.

A realização deste estudo foi muito significativa ao produzir uma reflexão ressaltando que a função do Supervisor Educacional, nos dias de hoje, tem uma concepção diferenciada de que este profissional deve consciente da importância do processo coletivo na escola e permeado por sua postura sócio-político, realizar um trabalho comprometido e competente junto ao professor, de maneira que sejam parceiros, havendo respeito entre eles, no sentido de que cada um seja consciente do seu papel na Educação e que ambos estejam com objetivos voltados para o mesmo fim, que é a aprendizagem dos alunos.

Enfim, queremos ressaltar que os estudos sobre a Supervisão Educacional não se esgotam aqui, pois entendemos ser necessário que sejam feitas muitas pesquisas sobre esse tema, no sentido de dar um maior suporte teórico aos profissionais desta área, favorecendo-lhes a oportunidade de ampliar os seus conhecimentos e assim exercer sua função de maneira mais consciente e crítica, colaborando dessa forma para a efetivação de uma educação emancipadora.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Mirtes. A supervisão e o desenvolvimento profissional do professor. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação a ação.** São Paulo: Cortez, 1999, p.167-181 Cap. 7.

ALVES, Nilda e GARCIA, Regina Leite. Rediscutindo o papel dos diferentes profissionais da escola na contemporaneidade. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.) **Supervisão Educacional para uma escola de qualidade - da formação à ação.** São Paulo: Cortez; 2003, p.125-141.

ARROYO, Miguel. Subsídios para a práxis educativa da supervisão educacional. In: BRANDÃO, C.R. (org). **O educador vida e morte.** Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 103-133.

BRASIL, **Resolução CNE/CP 1, de 18 de Fevereiro de 2002.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf> Acesso em: 16 mar 2014.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir.** Portugal: Asa, 1996.

FERNANDES, Marileuza Moreira. A opção da supervisão diante da ambivalência. SILVA JR., C. A. & RANGEL, M. (orgs). In: **Nove olhares sobre a supervisão.** São Paulo: Papyrus, 1997, p.111-121, Cap. 5.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Supervisão Educacional: novas exigências, novos conceitos, novos significados. In: RANGEL, Mary (org). **Supervisão Pedagógica: Princípios e Práticas.** Campinas, São Paulo: Papyrus, 2001, p. 81-102, Cap4.

_____, Naura S. Carapeto (Org.); SAVIANI, Dermeval - ALONSO, Myrtes et al. **Supervisão Educacional para uma escola de qualidade - da formação à ação.** São Paulo: Cortez, 2003.

FOCAULT, Michael - **Microfísica do Poder** – Rio de Janeiro: Graal, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo, São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GARCIA, Regina Leite – **A Formação da Professora Alfabetizadora – Reflexões sobre a prática** – São Paulo: Cortez, 1996.

LIMA, Elma Correa de. Um olhar histórico sobre a supervisão. In: RANGEL, Mary (org). **Supervisão Pedagógica: Princípios e Práticas.** São Paulo: Papirus, 2001, p.69-80, Cap3.

LINHARES, Celia Frazão. O direito ao saber com sabor: supervisão e formação de professores na escola pública. In: SILVA JR., C. A. & RANGEL, m. (orgs). **Nove olhares sobre a supervisão.** São Paulo: Papirus, 1997, p. 59-90, Cap. 3.

MELCHIOR, M^a Celina. (coord) Supervisor Escolar-Promotor de Mudanças. In: **Avaliação para qualificar a prática docente: espaço para a ação supervisora.** Porto Alegre: PREMIER, 2001, p. 63 à 79.

MONTENEGRO, Maria do Socorro Moura – Dissertação de Mestrado em Educação – **Contribuição aos estudos das práticas de leitura: leitores e bibliotecas de Guarapuava.** São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1997: pág.26.

NOGUEIRA, Martha Guanaes. Situando a supervisão educacional In: NOGUEIRA, M.G. **Supervisão educacional: a questão política.** São Paulo: Loyola, 1989, p.19-42 ,Cap 1 (Coleção Educar nº. 11).

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

PETERNELLA, Alessandra; GALUSH, Maria Terezinha Bellanda. **A formação do pedagogo sob a orientação de documentos elaborados no início do século XXI: necessidade de continuar o debate.** Maringá – PR: Anped, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido (org). Formação de Professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 15 – 33 Cap1.

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 1981.

POZO, Juan Ignacio. A sociedade da aprendizagem e o desafio de converter informação em conhecimento. In: **Revista Pátio**, ano VIII, nº. 31 agosto / outubro 2004.

RANGEL, Mary. Considerações sobre o papel do Supervisor, como especialista em educação na América Latina. In: SILVA JR. C. e RANGEL, M. (orgs). **Nove olhares sobre a Supervisão**. São Paulo Papirus, 1997, p.147-161, Cap7.

_____ Um ensaio sobre supervisão, educação e sociedade. In: **Revista Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro: mar/jun.1992.

_____. Supervisão: do sonho à ação — uma prática em transformação. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org). **Supervisão Educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação**. São Paulo: Cortez, 1999, p. 69-96, Cap. 3.

_____. O estudo como prática de supervisão. In: RANGEL, M. (org). **Supervisão pedagógica: princípios e práticas**. São Paulo: Papirus. 2001, p. 57-67, Cap. 2.

RANGEL, Mary (Org.). **Supervisão Pedagógica: Princípios e Práticas**. São Paulo: Papirus, 2002.

RIBEIRO, Monica Luiz de Lima; MIRANDA, Maria Irene. **Diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia: análise histórica e política**. Uberlândia: UFMG, 2010.

RODRIGUES, Neidson. **Lições do príncipe e outras – Questões da nossa época**. São Paulo: Cortez, 1996.

SAVIANI, Demerval. A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da ideia. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org). **Supervisão Educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação**. São Paulo: Cortez, 2003, p.13-38, Cap1.

SEVERINO, Antonio Joaquim. A escola e a construção da cidadania. In: **Revista Educação e Sociedade**. 1992, p. 9-14.

_____. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21 ed. ver, e ampl. — São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Ricardo Vidigal da & SILVA, Anabela Vidigal da: Gestão da Aprendizagem e do Conhecimento In: **Educação, aprendizagem e tecnologia**. Lisboa: Edições Silabo. APGC, 2005, p.64, Cap2.

SILVA, JR. Celestino Alves da. A Supervisão possível. In: SILVA, JR. Celestino Alves da. **Supervisão da Educação: do autoritarismo ingênuo à vontade coletiva**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1986. (Coleção educar nº14).

SILVA, NauraSyria F. Correa da. A supervisão: história da (re)produção. In: SILVA, N.S.F.Correada. **Supervisão educacional: uma reflexão critica**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1987, p.37-52. Cap4.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Por que a cultura da paz? In: ZENAIDE, Maria Nazaré Tavares (Org.); **Ética e Cidadania nas Escolas**. João Pessoa: UFPB, 2003, p. 13-17.

TELES, Maria Luiza Silveira – **Educação - a revolução necessária**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001, p. 22.